



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA**

**MODELO DE PORTARIA PARA A CRIAÇÃO DO CMI E FMI**

PORTARIA Nº _____/2009 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº _____/2009
---

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA**, através do Promotor de Justiça *in fine* assinado, no uso de uma de suas atribuições legais, consoante o disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 combinado com o artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8625/93 e os artigos 52 e 74, inciso I, do Estatuto do Idoso (Lei Federal n. 10741/2003), e ainda

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

**CONSIDERANDO** que o art. 74, inciso I, do Estatuto do Idoso (Lei Federal n. 10741/2003) estabelece que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil, propor ação civil pública e zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados ao idoso, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;

**CONSIDERANDO** que, conforme o art. 230 da Constituição Federal de 1988, é obrigação da família, da sociedade e do Estado amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida;

**CONSIDERANDO** que o Estatuto do Idoso (art. 3º) dispõe como obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Estado o dever de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA**

assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária;

**CONSIDERANDO** que uma das diretrizes da Política Nacional do Idoso (Lei Federal n. 8842/94) é a participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos (art. 4º, inciso III);

**CONSIDERANDO** que o Estatuto do Idoso atribuiu aos Conselhos do Idoso, em todas as suas esferas (nacional, estadual, distrital e municipal), o dever de zelar pelo cumprimento dos direitos do idoso neles definidos (art. 7º);

**CONSIDERANDO** que o Conselho Municipal do Idoso é um importante instrumento de controle democrático das ações governamentais e não governamentais desenvolvidas para um efetivo atendimento ao idoso, garantindo o direito de participação do cidadão na definição das políticas de atenção ao idoso;

**CONSIDERANDO** a relevância dos Conselhos Municipais dos Idosos, frente ao seu papel consultivo, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para o idoso no âmbito de um Município, além das atribuições delineadas no Estatuto do Idoso;

**CONSIDERANDO** a necessidade de criar e regulamentar o Fundo Municipal do Idoso para fins de atendimento das políticas, programas e ações voltados ao atendimento do idoso;

**CONSIDERANDO** que o Município de ....., consoante as informações prestadas através do Ofício n. ...., da lavra da Sra. Secretária de Ação Social, ainda não possui Conselho Municipal do Idoso nem o Fundo Municipal do Idoso;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA**

Resolve instaurar **de ofício** o presente **INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO** para apuração dos fatos noticiados no Ofício n. ...., da lavra da Sra. .... M.D. Secretária de Ação Social do Município de ....., ora juntado em anexo, com o objetivo de fiscalizar e acompanhar a criação, implantação, implementação e o pleno funcionamento do Conselho Municipal do Idoso e do Fundo Municipal do Idoso,

**determinando-se**, inicialmente:

Registro dos autos no livro próprio e lançamento das informações pertinentes no Sistema de Informações do Ministério Público do Estado da Paraíba;

Remessa de cópia da presente Portaria ao Excelentíssimo Senhor Procurador – Geral de Justiça do Estado da Paraíba;

Sejam expedidos **ofícios com requisições ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores, a fim de que apresentem informações no prazo de 10 (dez) dias úteis sobre os motivos da inexistência do Conselho Municipal do Idoso e do Fundo Municipal do Idoso no Município de.....;**

Sejam expedidas **recomendações ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores, para a criação, formação e instalação do Conselho Municipal do Idoso e do Fundo Municipal do Idoso no Município de \_\_\_\_\_, encaminhando-se ainda cópia de minuta de projeto de lei para a devida apreciação;**

f) Seja **convidado o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de \_\_\_\_\_ para firmar Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público do Estado da Paraíba, no intuito de comprometer o Município de \_\_\_\_\_ com a criação e estruturação do Conselho Municipal do Idoso e do Fundo Municipal do Idoso;**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA**

g) Nomeação do Assistente Técnico - Administrativo desta Promotoria de Justiça para secretariar o feito.

Após tais providências, voltem-me os autos conclusos.

**Publique-se. Cumpra-se.**

Local e data

PROMOTOR DE JUSTIÇA